

DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS

Declaro, para os devidos fins, que o(a) Sr.(a)

_____,'

portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à

_____,'

quitou integralmente todos os débitos referentes a contratos, serviços, obrigações e quaisquer outras

dívidas mantidas perante esta empresa/instituição, inscrita no CNPJ sob nº

_____,'

com sede à _____.

Esta declaração é emitida como prova da inexistência de quaisquer pendências financeiras, fiscais ou contratuais entre as partes mencionadas, abrangendo valores principais, juros, multas, correções monetárias e quaisquer outras acréscimos legais relacionados.

A presente quitação é feita de forma irrevogável e irretratável, dispensando o(a) declarante e a empresa/instituição de quaisquer cobranças futuras relativas aos débitos supracitados.

Este documento tem validade jurídica para todos os fins de direito, inclusive para fins de comprovação perante órgãos públicos, instituições financeiras, fiscais e judiciárias.

Sem prejuízo das disposições legais, fica estabelecido que a parte beneficiária da quitação poderá utilizá-la como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

Por fim, declaro que as informações contidas neste documento são verdadeiras e refletem fielmente a situação financeira entre as partes até a presente data.

_____, _____, _____
Local de emissão Município Estado

Assinatura do(a) Declarante

Nome completo do(a) Declarante

CPF do(a) Declarante

Assinatura e carimbo do responsável pela empresa/instituição

Nome completo do responsável

Cargo do responsável

CPF do responsável

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/declaracao-de-quitacao-de-debitos/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.